

- 6 ABR 1987

Donald Stewart Jr.

É crença geral que teria havido, ou estaria havendo, uma mudança fundamental em nosso país. O adjetivo "nova" apostado a nossa república, a remoção do "entulho autoritário", a substituição da capciosa regra eleitoral por eleições diretas (a serem ainda realizadas), a Constituinte são indicadores da existência de um clima de mudança.

Supõe-se que, com o fim do regime militar, teria início uma nova era na qual seriam corrigidas as injustiças, diminuído o desconforto dos mais carentes e melhoradas as condições de vida da maioria do povo brasileiro. Presume-se ainda que a única alternativa à Nova República seja o retorno dos militares; como, por enquanto, ninguém o deseja, fica implícita a presunção de que estaríamos vivendo a alternativa possível. Até que os desmandos do populismo produzam um grau de insatisfação que desperte saudades dos militares. Lamentavelmente, essa alternância entre militares e populistas tem sido a saga da América Latina e do Terceiro Mundo, com os resultados conhecidos de pobreza e subdesenvolvimento.

Ocorre entretanto que, no essencial, a Nova e a Velha República não são substancialmente diferentes: ambas são profundamente intervencionistas, não sendo exagero dizer que os populistas o são ainda mais. As diferenças são predominantemente de natureza retórica. Ambas defendem, adotam e expandem o regime mercantilista vigente em nosso país, e que é a causa básica de não sermos o país rico, próspero e desenvolvido que poderíamos ser.

O mercantilismo, que vigorou na Europa ao tempo das monarquias absolutas, baseia-se no conceito, não claramente explicitado, de que, quando alguém ganha, alguém perde. Se alguém tem lucro, é porque alguém tem prejuízo. A riqueza de uma nação seria alcançada à custa do empobrecimento de outras nações. Essa é a quinta-essência das doutrinas que alegam existir um conflito irreconciliável entre os interesses das várias classes sociais de um país e, mais ainda, entre os interesses de qualquer país e os de todos os outros países.

Outra faceta do mercantilismo é acreditar que cabe ao Estado (ao Rei) tomar as medidas necessárias para que sejam atingidos os objeti-

vos que os governantes entendem ser os dos cidadãos. Favores e privilégios são distribuídos na presunção de que são necessários para proteger o cidadão de algo desconfortável ou para dotá-lo de algo desejável. Desse modo, para proteger os depositantes, são concedidas cartas patentes que favorecem os banqueiros; para proteger a indústria nacional (a automobilística inclusive), são criadas tarifas que obrigam todos a consumir produtos piores e mais caros; para possibilitar o desenvolvimento tecnológico, é criada a reserva de mercado, aumentando ainda mais o gap tecnológico; para proteger os inquilinos, congelam-se os aluguéis, deixando-os que não têm possibilidade de adquirir casa própria sem ter onde morar; para proporcionar produtos mais baratos, são concedidos subsídios cujos recursos são obtidos através da inflação, o mais iníquo dos impostos, que recai, principalmente, sobre os menos favorecidos e sobre os assalariados. A lista seria extensa e cansativa. A constante é que essas intervenções, invariavelmente, produzem efeitos que são o oposto dos que se pretendia obter inicialmente.

O nosso mercantilismo não poderá durar muito tempo mais; resta apenas saber como será superado: se pelo liberalismo na forma gradual, não violenta, de que o melhor exemplo foi a Inglaterra, provocando um inegável surto de progresso e desenvolvimento nunca antes sequer imaginado, ou na forma ocorrida com o mercantilismo tardio da União Soviética, substituído pelo regime autoritário e centralizador que vige ainda hoje naquele país. Ou, ainda, na forma violenta e ideologicamente confusa da Revolução Francesa, que decapitou o monarca para acabar assistindo à ascensão de um Imperador!

Há os que, por evidente desconhecimento, apodam o liberalismo como idéia ultrapassada. Não chegam a perceber que o mercantilismo vigente em nosso país é em tudo idêntico ao que prevalecia nos países europeus antes de ser destronado pela idéia liberal predominante nas elites intelectuais de então. Se há algo que possa ser realmente qualificado como ultrapassado é o nosso regime econômico. O liberalismo não é uma doutrina ultrapassada e muito menos uma doutrina para um país rico. É uma doutrina para um país ficar rico! E livre! Depois de ficar rico, pode-se dar o luxo de fazer

algumas tolices; ao cometermos agora as tolices que os países desenvolvidos, que já enriqueceram, vêm cometendo, agravaremos ainda mais a nossa situação, especialmente a dos mais carentes.

Não existem diferenças substanciais de objetivos; todos desejam uma sociedade mais justa, mais rica, mais desenvolvida. A diferença está na escolha dos meios para atingir os objetivos. Essa diferença se manifesta claramente no que Thomas Sowell denominou de **Um conflito de visões**, no seu livro de mesmo nome: por um lado, aponta Sowell, há os que acham que, se desejamos uma sociedade em que as pessoas sejam mais felizes, prósperas e iguais, devemos implementar programas com esses objetivos, favorecendo determinados grupos sociais; são os que centralizam sua atenção nos resultados específicos a serem atingidos pelos programas implementados. Por outro, há os que entendem que o importante é identificar as "leis naturais" que possibilitariam mais facilmente atingir aqueles objetivos; são os que centralizam sua atenção nas regras gerais da sociedade, que produzirão melhores resultados, embora não se possa, a priori, especificar quais os grupos que serão beneficiados.

Esta seria verdadeiramente uma opção capaz de provocar as mudanças desejadas. Trocar militares por populistas, ambos fortemente intervencionistas, não muda muita coisa. As mudanças para melhor não ocorrerão em função do ardor dos nossos desejos nem da seriedade de nossas intenções; só poderão ocorrer se adotarmos os meios, se seguirmos o caminho, que nos leva a esse objetivo.

E esse caminho é o da liberdade política e econômica, para acabar com os privilégios; do fim da expansão dos meios de pagamento, para acabar com a inflação; do câmbio livre, para nunca mais haver dívida externa; da supressão dos monopólios, para ativar a iniciativa privada e os investimentos, aumentando as oportunidades e a renda.

A retórica "opção pelos pobres" é enganosa: na realidade foi feita apenas uma opção por ser pobre. Livremo-nos da pobreza que não merecemos; sejamos a nação rica, próspera e desenvolvida que poderemos vir a ser, se fizermos a opção liberal.